**PROCESSO**: **nº** 2000.21395/2016

**INTERESSADO:** Secretaria de Estado da Saúde – SESAU

**Assunto:** Aquisição de insumos laboratoriais.

Trata-se do **Processo Administrativo nº 2000.21395/2016,** em volume com 55 (cinquenta e cinco) fls., que versam sobre a **aquisição de insumos laboratoriais** para atendimento de demandas do Laboratório Central de Alagoas – LACEN/AL, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU. As despesas foram originariamente orçadas em **R$ 7.995,00 (sete mil, novecentos e noventa e cinco reais)**, tendo como credora a empresa **ATC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APARELHOS TÉCNICOS LTDA EPP (CNPJ 18.016.106/0001-49).**

Os autos foram encaminhados a esta Controladoria Geral do Estado – CGE para pronunciamento sobre a possibilidade do pagamento pleiteado.

A análise do Processo Administrativo nº 2000.21395/2016restringiu-se à instrução **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.**

Feitas as considerações PRELIMINARES acima expostas, passamos a analisar os aspectos que merecem relevo na aferição da *“análise e manifestação técnica”,* conforme requerido pela Chefia de Gabinete (fl. 55). A presente análise observou, dentre outros, os seguintes documentos:

**1. COTAÇÕES DE PREÇOS** - Às fls. 14/18 foi juntado relatório do Banco de Preços **Bionexo do Brasil Ltda.**, contendo propostas de empresas do ramo, quais sejam: a) **ATC Indústria e Comércio de Aparelhos Técnicos Ltda. (CNPJ 18.016.106/0001-49)**; b) **Carlos Eduardo dos Santos Vaz ME (CNPJ 11.694.697/0001-64)**; c) **Kunkler e Campos Comércio e Serviço Ltda. ME (CNPJ 11.957.237/0001-81)**; e d) **Shopppinlab Comércio de Produtos Médicos Hospitalares Ltda. ME**. **(CNPJ 15.587.022/0001-77).** Destaque-se a apresentação de proposta com menor valor pela empresa **ATC Indústria e Comércio de Aparelhos Técnicos Ltda. (CNPJ 18.016.106/0001-49),** no valor de **R$ 7.995,00 (sete mil, novecentos e noventa e cinco reais).**

A solicitação de pagamento constante na inicial do processo em tela foi expedida pelo Gerente do LACEN, nos termos do Memo nº 561 DIR Lacen/2016, datado de 11/10/2016 (fl. 02).

2. **APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL EM SUBSTITUIÇÃO DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL** - Verifica-se a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC (fl. 21), em substituição aos documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666/83, conforme determina o art. 32, §§ 2º e 3º, da mesma Lei. Observa-se, ainda, o despacho da lavra de servidora que responde pelo Setor de Cadastro, Averiguação de Preços e Regularidade de Empresas – SECAPRE, Janaina Lopes de Oliveira Pedroza, informando que a empresa **ATC Indústria e Comércio de Aparelhos Técnicos Ltda. (CNPJ 18.016.106/0001-49)**, se encontra em situação de **IDONEIDADE FISCAL REGULAR** (fl. 22).

Ocorre que não é possível comprovar, nos autos do processo, a competência da SESAU para emissão de Certificado de Registro Cadastral – CRC, no âmbito estadual. **Em tempo, destaque-se a declaração contida no CRF que a sua apresentação não substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666/93.**

**3 – AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO –** À fl. 24 consta despacho da Secretária de Estado da Saúde com autorização da contratação dos serviços.

**4 – NOTA DE EMPENHO SEM ASSINATURA DO GESTOR** - Destaca-se que a Nota de Empenho (2016NE22273), às fls. 27/29, *não possuem assinatura da ordenadora de despesa,* assim como não consta nos autos documento que evidencie a autorização para emissão de nota de empenho. Alerte-se, ainda, para a ausência de documento que ateste a condição de autoridade competente do então Gerente de Finanças, Helion Dionísio de Oliveira, possibilitando a prática de tal ato. Salienta-se que nos termos do art. 58 da Lei nº 4.320/1964, *o empenho de despesa é ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição*.

**Em tempo, ressalte-se ainda o entendimento da Procuradoria Geral do Estado de Alagoas, conforme Parecer PGE/ASS N° 36/2007, quanto à exigência de que conste da nota de empenho a assinatura do ordenador de despesa, bem como do responsável financeiro. A CGE/AL, através da Instrução Normativa CGE Nº 001/2007, em seu art. 1º, já determinava que as notas de empenho devem conter a *“(...) assinatura do ordenador de despesa ou do servidor quer detenha delegação para tanto, e do responsável financeiro de cada Órgão do Poder Executivo Estadual.*”** (g.n.)

**5 – CERTIDÕES DE REGULARIDADE –** Em análise aos documentos apensados aos autos, vê-se que as Certidões de Regularidade Fiscal referentes à empresa **ATC Indústria e Comércio de Aparelhos Técnicos Ltda. (CNPJ 18.016.106/0001-49)** restam vencidas (fls. 44/49).

**7 – LIQUIDAÇÃO DA DESPESA -** Conforme determina a Lei Federal nº 4.320/64, artigos 62 e 63, a empresa **ATC Indústria e Comércio de Aparelhos Técnicos Ltda. (CNPJ 18.016.106/0001-49)** apresentou o **Documento Auxiliar da Nota Fiscal nº 000.001.649,** datadode 07/02/20177 (fl. 36), o que, em princípio, comprova o direito adquirido em receber o respectivo crédito, possibilitando a seguinte verificação: a) a origem e o objeto que se deve pagar; b) a importância exata a pagar; c) a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação. **O documento comprobatório do respectivo crédito foi atestado pelo servidor Rafael Januário dos Santos em 13/02/2017 (fl. 36).**

**8 – DO ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 51.828/2017** – Observou-se o não cumprimento ao que determina o art. 48, §1º, I ao IV, do Decreto Estadual nº 51.828/2017, quanto ao ato de reconhecimento da divida onde o gestor deve informar:

1. Se existe dotação orçamentária suficiente para a realização do empenho e liquidação no SIAFEM;
2. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da dívida a ser reconhecida no orçamento vigente e posteriores, considerando os limites estabelecidos na programação orçamentária e financeira para o exercício;
3. Declaração do ordenador da despesa de que o reconhecimento da dívida é exequível na execução orçamentária e financeira para o exercício vigente e seu impacto na execução orçamentária e financeira não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades do órgão ou da entidade até o final do exercício sem aumento na dotação disponível;
4. Da indicação das causas que levaram ao não pagamento da dívida nos exercícios anteriores.

**9 - DA AUSÊNCIA DE CONTRATO –** Consoante informação do Setor de Contratos (fl. 51) não existe contrato entre a SESAU e aempresa **ATC Indústria e Comércio de Aparelhos Técnicos Ltda. (CNPJ 18.016.106/0001-49)** para fornecimento da despesa *in casu*, o que contraria o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

**10 - DA ANÁLISE JURÍDICA –** No contexto do processo inexiste parecer da Procuradoria Geral do Estado – PGE, que trata do que expõe a Lei Complementar Estadual nº 07/1991, no que concerne ao ***controle interno da legalidade e da moralidade administrativa, procedendo ao exame de todo e qualquer documento público, e a propositura de anulação de ato administrativo que se torne lesivo ao interesse público, ou afrontoso aos princípios da moralidade ou da legalidade administrativa, sem prejuízo da competência dos órgãos técnicos*.**

De toda a explanação e detalhamento processual, alertem-se para a necessidade de informações, quais sejam:

**I. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** – Diante da prática reiterada de fracionamento das despesas públicas e burla ao procedimento licitatório pela SESAU em face da empresa **ATC Indústria e Comércio de Aparelhos Técnicos Ltda. (CNPJ 18.016.106/0001-49),** urge que se apure a boa fé do particular contratado mediante instauração de processo administrativo, no âmbito da SESAU, em obediência ao art. 2º, parágrafo único, inciso IV, da Lei Estadual nº 6.161/2000, **bem como o cancelamento de despesas idênticas à presente, para que se evite o pagamento em duplicidade**.

**II. CONDUTA DOS AGENTES PÚBLICOS** – Diante da prática reiterada de fracionamento das despesas públicas e burla ao procedimento licitatório pela SESAU, urge que se apure a conduta dos agentes públicos que, omissivamente ou comissivamente, tenha concorrido para a prática de ilícitos contra a Administração Pública, em obediência ao art. 2º, parágrafo único, inciso IV, da Lei Estadual nº 6.161/2000.

**III. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA -** Que seja atualizada a dotação orçamentária a ser utilizada para a despesa requerida.

**IV. DAS CERTIDÕES** – Quando do pagamento, que as certidões referentes à regularidade fiscal sejam acostadas aos autos em atendimento à legislação pertinente.

**V. DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO ART. 48 DO DECRETO Nº 51.828/2017 –** Que sejam juntados aos autos as declarações e documentos relacionados no art. 48 do referido Decreto Estadual, conforme já citado no Item 8.

Assim, sugere-se o retorno dos autos à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU para solução das pendências apontadas nos itens I a V. Em ato contínuo, que a Secretaria promova o reconhecimento da dívida à empresa **ATC Indústria e Comércio de Aparelhos Técnicos Ltda. (CNPJ 18.016.106/0001-49),** mediante publicação do ato, conforme art. 48, § 3º do referido decreto, sendo vedado o pagamento de idêntica despesa em duplicidade.

Maceió-AL, 21 de novembro de 2017.

Lilian Maria Nunes Silva

**Assessor de Controle Interno/ Matrícula nº 62.686-4**

Acolho o Parecer.

À superior consideração.

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**